



# Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes

**Ferramentas  
para a sua sustentabilidade**



GOVERNO DE  
PORTUGAL



**ACM**

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

# Políticas Locais de Acolhimento e Integração de Imigrantes

## Ferramentas

*Os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*

*O Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade*

*As Práticas Inspiradoras*

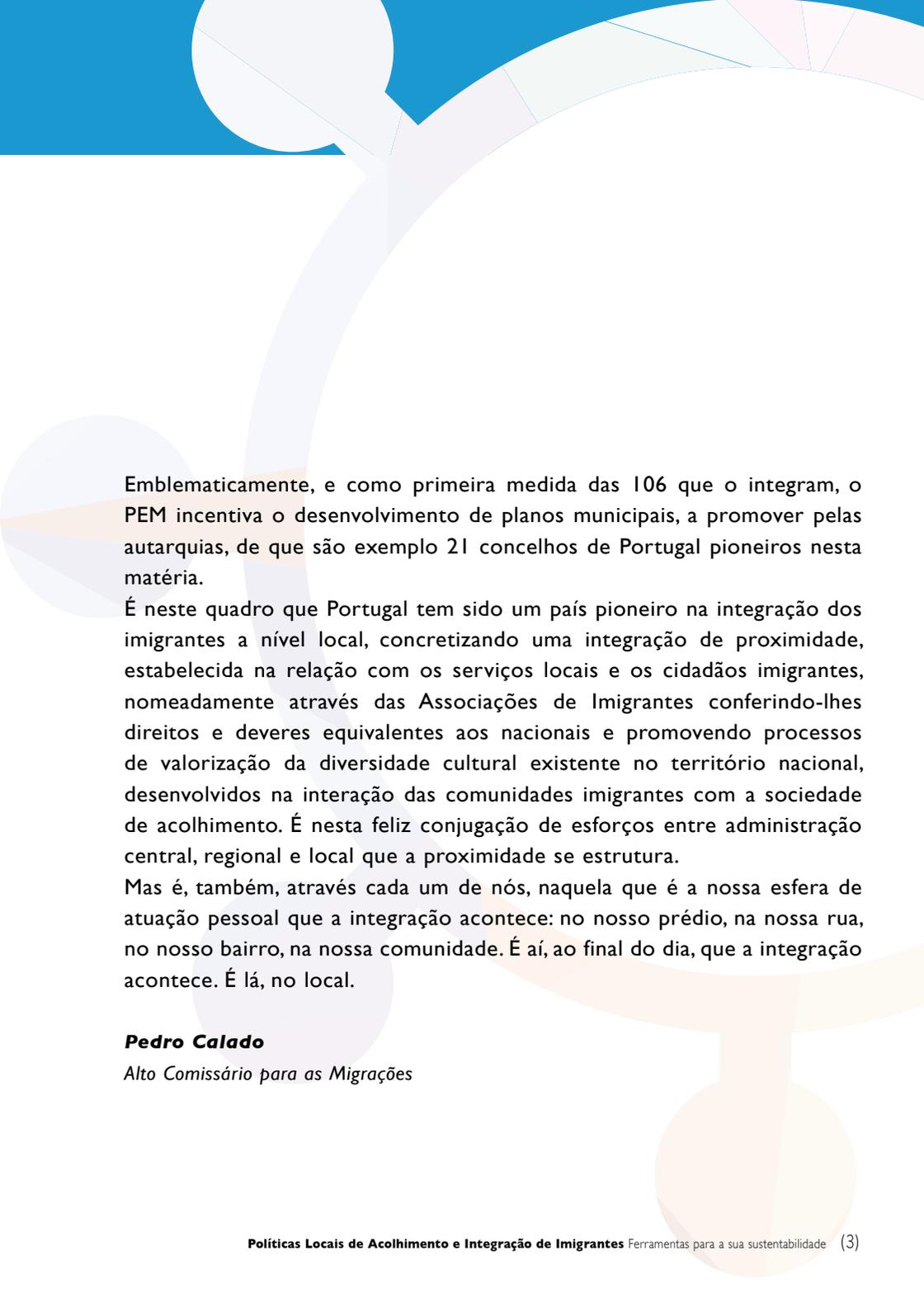
*A Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade*

## *É lá, no local, que tudo acontece.*

Portugal é um país com vasta tradição no domínio das migrações. Essa tradição vem sendo ancorada numa larga experiência de gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração de imigrantes na sociedade portuguesa, reconhecida a nível nacional e internacional, e concretizada pelo agora Alto Comissariado para as Migrações, desde 1996. Primeiro na figura do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, depois enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e mais tarde, em 2007, enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), em parceria com inúmeras autarquias e entidades da sociedade civil a nível local, um extraordinário caminho tem vindo a ser feito.

Reconhecendo-se que a integração acontece a nível local, Portugal tem sido exemplo de concretização dos objetivos previstos na Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros que recomenda, precisamente, que os estados-membros promovam políticas de integração a nível local, melhorem a cooperação entre diferentes níveis de governança (nacional, regional e local) e promovam a monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas nesses diferentes níveis, sinalizando práticas inspiradoras.

Assume-se, assim, que o diagnóstico das políticas de integração a nível local é de extrema relevância, particularmente, quando Portugal tem sido um dos países pioneiros na implementação de Planos Nacionais para a Integração de Imigrantes (PII - 2007/2009 e 2010/2013) e, mais recentemente, na operacionalização do Plano Estratégico para as Migrações (PEM – 2015/2020).



Emblematicamente, e como primeira medida das 106 que o integram, o PEM incentiva o desenvolvimento de planos municipais, a promover pelas autarquias, de que são exemplo 21 concelhos de Portugal pioneiros nesta matéria.

É neste quadro que Portugal tem sido um país pioneiro na integração dos imigrantes a nível local, concretizando uma integração de proximidade, estabelecida na relação com os serviços locais e os cidadãos imigrantes, nomeadamente através das Associações de Imigrantes conferindo-lhes direitos e deveres equivalentes aos nacionais e promovendo processos de valorização da diversidade cultural existente no território nacional, desenvolvidos na interação das comunidades imigrantes com a sociedade de acolhimento. É nesta feliz conjugação de esforços entre administração central, regional e local que a proximidade se estrutura.

Mas é, também, através cada um de nós, naquela que é a nossa esfera de atuação pessoal que a integração acontece: no nosso prédio, na nossa rua, no nosso bairro, na nossa comunidade. É aí, ao final do dia, que a integração acontece. É lá, no local.

**Pedro Calado**

*Alto Comissário para as Migrações*

***Os Planos Municipais para a Integração  
de Imigrantes (PMII)***

- Novos patamares de integração

Os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes são instrumentos que incorporam as estratégias de atuação concertadas das diferentes entidades que atuam na área das migrações, a nível local, e que concorrem para a concretização do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, contribuindo assim para uma mais adequada gestão dos fluxos migratórios ao nível do desenvolvimento local.

## **Quantos Planos Municipais existem?**

Atualmente existem 19 Planos em 21 municípios de Portugal, para o período 2015 - 2017:

*Alcanena, Amadora, Braga, Cascais, Figueira da Foz, Lisboa, Loulé, Loures, Lousã, Montijo, Odemira, Oeiras, Portimão, São Brás de Alportel, Seixal, Sintra, Torres Vedras/Lourinhã/Óbidos (plano intermunicipal), Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia*

## **O que importa saber sobre os Planos?**

Representando um salto qualitativo ao nível da estruturação da pluralidade de intervenções territoriais protagonizadas pelos diferentes atores, públicos e privados, os Planos Municipais revestem as seguintes características:

### **Âmbito**

Os Planos Municipais para a Integração de Imigrantes são, pela sua própria natureza, de âmbito municipal, podendo contudo agregar mais do que um município, nos casos de reduzida percentagem de imigrantes em alguns concelhos, caso em que o Plano poderá assumir um carácter intermunicipal.

## **Período de execução**

Os Planos devem ser concebidos para serem implementados por períodos de 3 anos.

## **Abordagem *bottom-up***

Atuação concertada das diferentes entidades, públicas e privadas, que atuam na área do acolhimento e integração de imigrantes a nível local, nomeadamente as associações de imigrantes, garantindo-se o envolvimento de todos os cidadãos – imigrantes e sociedade de acolhimento, através de reuniões, sessões de informação, fóruns, *focus group*, consultas públicas, inquéritos, etc.

## **Plataformas representativas**

Plataforma de acompanhamento e monitorização da conceção e implementação do Plano, representativa de todos, incluindo entidades públicas e privadas que desenvolvam competências na área do acolhimento e integração de imigrantes, mas também pessoas singulares (imigrantes e sociedade de acolhimento), nomeadamente nos concelhos em que não existam associações de imigrantes. Tais plataformas poderão já existir ou ser criadas para o efeito e deverão ser coordenadas por decisores políticos. São exemplo de plataformas: os Pactos Territoriais, os Conselhos Municipais, as Comissões Municipais, Grupos de Trabalho dentro do CLAS, etc.

## Diagnóstico local

Diagnóstico local que identifique as entidades que intervêm num determinado município e as respetivas áreas de atuação e serviços prestados, bem como as necessidades das comunidades imigrantes que aí residem, a partir das quais devem ser desenhadas respostas integradas e eficazes em matéria de acolhimento e integração dos imigrantes e valorização da diversidade, sem esquecer a importância da sociedade de acolhimento nestes processos.

## Estrutura predefinida

Definição dos seguintes conteúdos:

- **Áreas**

*Compromisso da Autarquia, Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empresarial, Formação e Capacitação, Educação, Língua, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media, Racismo e Discriminação, Relações Internacionais, Religião e Outras*

- **Objetivos estratégicos e operacionais**
- **Medidas, metas e indicadores**
- **Medidas por níveis**

Nível 1 - aquelas que, na elaboração do Plano, forem consideradas pelas entidades como sendo parte do núcleo duro de competências em cada concelho, na área do acolhimento e integração dos imigrantes, por serem determinantes para o seu processo de integração a nível local e que, por esse motivo, deverão ser sempre garantidas aos cidadãos imigrantes, com ou sem financiamento externo

Nível 2 – todas aquelas que não constituam prioridade de nível I

- **Competências e responsabilidades de cada entidade envolvida;**
- **Modelo de governação**

***O Índice dos Municípios Amigos  
dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD)***

– Caracterizar e monitorizar as políticas locais  
como ponto de partida para a construção  
de Planos Municipais

O Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD) é uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes, inspirada no trabalho levado a cabo pelo Conselho da Europa e validado no âmbito da Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAI) e cuja adaptação à realidade nacional resulta da tomada de consciência das oportunidades geradas pela diversidade cultural em Portugal enquanto fator de apoio ao desenvolvimento local.

## **Conceito**

O IMAD é um inquérito, por questionário, que cobre as áreas essenciais do processo multivetorial de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, a saber:

Compromisso da Autarquia, Serviços de Acolhimento e Integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empresarial, Formação e Capacitação, Educação, Língua, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media, Racismo e Discriminação, Relações Internacionais e Religião.

O IMAD é, por definição, o ponto de partida para a construção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes.

## Objetivos

- Facultar às instituições locais (públicas e da sociedade civil), com intervenção ao nível da integração de imigrantes, um retrato da realidade local que lhes permita aferir, com acuidade: (i) o universo de políticas locais relevantes nesta matéria; (ii) a efetividade dessas políticas em termos de resposta às necessidades; (iii) a identificação de práticas inspiradoras que possam ser replicadas noutros contextos;
- Caracterizar cada município quanto à resposta que desenvolve na área da imigração e da promoção do diálogo intercultural, fazendo com que os resultados do questionário se consubstanciem num instrumento de trabalho para os decisores políticos e outros atores relevantes localmente, permitindo aferir progressos e estabelecer objetivos para o desenvolvimento de respostas complementares;
- Promover uma cooperação mais articulada entre entidades, a nível local, regional e/ou nacional;
- Permitir também ao ACM, a partir do conhecimento aprofundado da realidade de cada município: (i) construir um diagnóstico global daquelas que são as áreas com maiores fragilidades; (ii) efetuar recomendações que visem o desenvolvimento de políticas eficientes e eficazes, no enquadramento das diretrizes nacionais e comunitárias; (iii) potenciar uma atuação sustentada, através de medidas que permitam fortalecer as entidades a nível local, capacitando-as e fornecendo recursos, tendo em vista a definição, a melhoria ou o aprofundamento de políticas locais facilitadoras de uma integração efetiva dos imigrantes na sociedade portuguesa.

## **Âmbito de aplicação**

O IMAD é uma ferramenta de aplicação a nível concelhio, pelo que, excetuando as respostas da responsabilidade das câmaras municipais, são tidos em linha de conta todos os recursos/respostas existentes nos territórios desde que concorram para o acolhimento e integração dos imigrantes a nível local, sejam eles da responsabilidade de entidades públicas ou privadas. Neste sentido, pode o mesmo ser aplicado junto de entidades da sociedade civil.

## **Compromisso da autarquia**

Não obstante o âmbito de aplicação do questionário, as Câmaras Municipais são um interlocutor chave de particular relevância no concelho, pelo que importa garantir o compromisso dos decisores políticos quanto à sua aplicação interna, i.e. dentro das próprias Câmaras Municipais, envolvendo de forma eficaz os vários departamentos.

Seja pela diversidade de áreas que compõem o IMAD, seja pela profundidade das respostas que se impõem considerando a caracterização das políticas locais, é fundamental a definição de uma equipa interna, bem como a sensibilização de todas as chefias antes de iniciar o processo de aplicação do questionário.

## **Melhoria contínua**

A utilização do IMAD não se esgota numa única aplicação, enquanto ferramenta de monitorização, ele configura a possibilidade de utilização contínua, na ótica da melhoria e aprofundamento das políticas locais presentes e futuras.

## A experiência de terreno

- O IMAD foi aplicado, entre outubro de 2014 e janeiro de 2015, a uma amostra de 39 municípios, a partir dos 95 que aderiram à *Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD)*, tendo por base os seguintes critérios:
  - (i) Concelhos com mais estrangeiros, começando pelos da Área Metropolitana de Lisboa – 34
  - (ii) Concelhos onde a população estrangeira tem mais impacto no total da população e com mais de 350 estrangeiros residentes, registados nos censos – 5.
- Para esta primeira fase, e com o apoio do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT), do FSE, foram destacados inquiridores que aplicaram a ferramenta em cada território, a um universo de 117 entidades, a saber:
  - (i) Câmaras Municipais;
  - (ii) Agrupamentos de Escolas que refletissem um maior número de estudantes imigrantes e/ou descendentes de imigrantes;
  - (iii) Unidades de Saúde que recebessem mais utentes imigrantes e seus descendentes.

- Com o objetivo de complementar a informação recolhida, foi ainda definida uma amostra de 9 entidades da sociedade civil, nomeadamente Associações de Imigrantes, com base nos seguintes critérios:
  - (i) Concelhos onde o IMAD tivesse sido aplicado junto de autarquias;
  - (ii) Grandes e pequenos concelhos em termos de número de estrangeiros;
  - (iii) Concelhos do norte, mas também do sul de Portugal, bem como do litoral e do interior.
- Os questionários, com os resultados específicos de cada concelho, foram devolvidos às respetivas entidades para validação e aplicação no contexto das suas intervenções, tendo dado lugar, em alguns casos, a Planos Municipais.

## **Como aceder ao IMAD?**

O IMAD, enquanto ferramenta de caracterização de políticas locais na área da imigração, foi revisto e consolidado, estando disponível para aplicação, através do portal do ACM, I.P.

## ***As Práticas Inspiradoras***

- Capitalizar recursos e práticas entre pares

Da aplicação do IMAD, resultou ainda o mapeamento de um conjunto de práticas inspiradoras, sinalizadas pelas entidades onde o questionário foi aplicado e sistematizadas sob a forma de Fichas de Caracterização.

## ***A Base de Dados de Práticas Inspiradoras***

Organizadas por áreas - as do IMAD - as Práticas Inspiradoras constam de uma Base de Dados, disponível no portal do ACM, I.P. e constituem-se como recursos que resultam das intervenções desenvolvidas pelas entidades públicas e privadas a nível local que trabalham na área do acolhimento e integração de imigrantes, apresentando-se como exemplos de práticas bem-sucedidas, com potencial de disseminação.

## ***Como partilhar uma Prática Inspiradora?***

Para partilha e disseminação das Práticas Inspiradoras em cada concelho, ao nível das políticas de acolhimento e integração de imigrantes, basta preencher a Ficha que se segue, disponível no portal do ACM, I.P., enviando para o endereço de *email* [politicasmocais@acm.gov.pt](mailto:politicasmocais@acm.gov.pt) para validação de acordo com os critérios constantes da Ficha e eventual inserção na Base de Dados.





Ficha de Caracterização de Práticas Inspiradoras	
<p><b>Nota:</b> Se pretende que se a S/ prática seja integrada na Base de Dados de Práticas Inspiradoras dinamizada pelo ACM, I.P., deverá enviar esta ficha devidamente preenchida para o seguinte endereço eletrónico: <a href="mailto:politicaisociais@acm.gov.pt">politicaisociais@acm.gov.pt</a></p>	
<b>Identificação da Entidade</b>	
Designação	
Morada	
Município e Distrito	
Telefone Email	
Pessoa de contacto	(Caso os contactos sejam diferentes dos mencionados anteriormente, deverá personalizar)
<b>Identificação da Prática</b>	
Designação da prática	
Área de intervenção	
Objetivos e finalidades	
Público-alvo	
Parceiros envolvidos	
<b>Descrição da Prática</b>	
Caracterização da prática	(À que problema pretende responder? Qual a solução implementada?)
Competências necessárias para a sua implementação	(Competências da entidade responsável pela sua implementação, mas também contributos e complementaridades dos parceiros envolvidos)
Envolvimento do público-alvo	
Metodologia de implementação e instrumentos	
Estratégias de comunicação da prática junto do seu público-alvo	
Dificuldades e obstáculos	(Identificação e sinalização da forma de os superar)
Fatores críticos de sucesso	(Fatores que desempenham um papel importante na emergência e na qualidade da prática)
<b>Resultados da Prática</b>	
Valor acrescentado	
Impacto em termos de igualdade de oportunidades	
Sustentabilidade	
<b>Fatores críticos de sucesso para a disseminação da Prática</b>	
Fatores críticos de sucesso de apoio à disseminação	
Proposta de Metodologia e instrumentos	

Adaptada a partir dos instrumentos disponibilizados no contexto do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL

Cofinanciado por:

Promovido por:



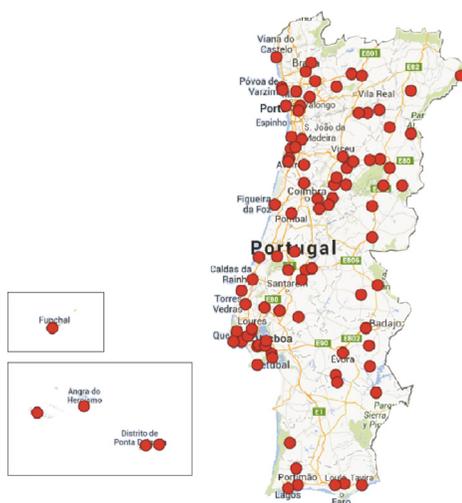


***A Rede de Municípios Amigos  
dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD)***  
– Da intervenção pontual aos Planos Municipais

Fundada na experiência acumulada a nível nacional e local, mas também nas recomendações resultantes da Agenda Comum para a Integração, a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) constituiu-se como uma rede pioneira disponível para conceber, implementar e avaliar políticas locais estruturantes e sustentáveis, tendo em vista Planos Municipais transversais ao processo multivetorial de acolhimento e integração dos imigrantes ao nível local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades, através da aplicação do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD).

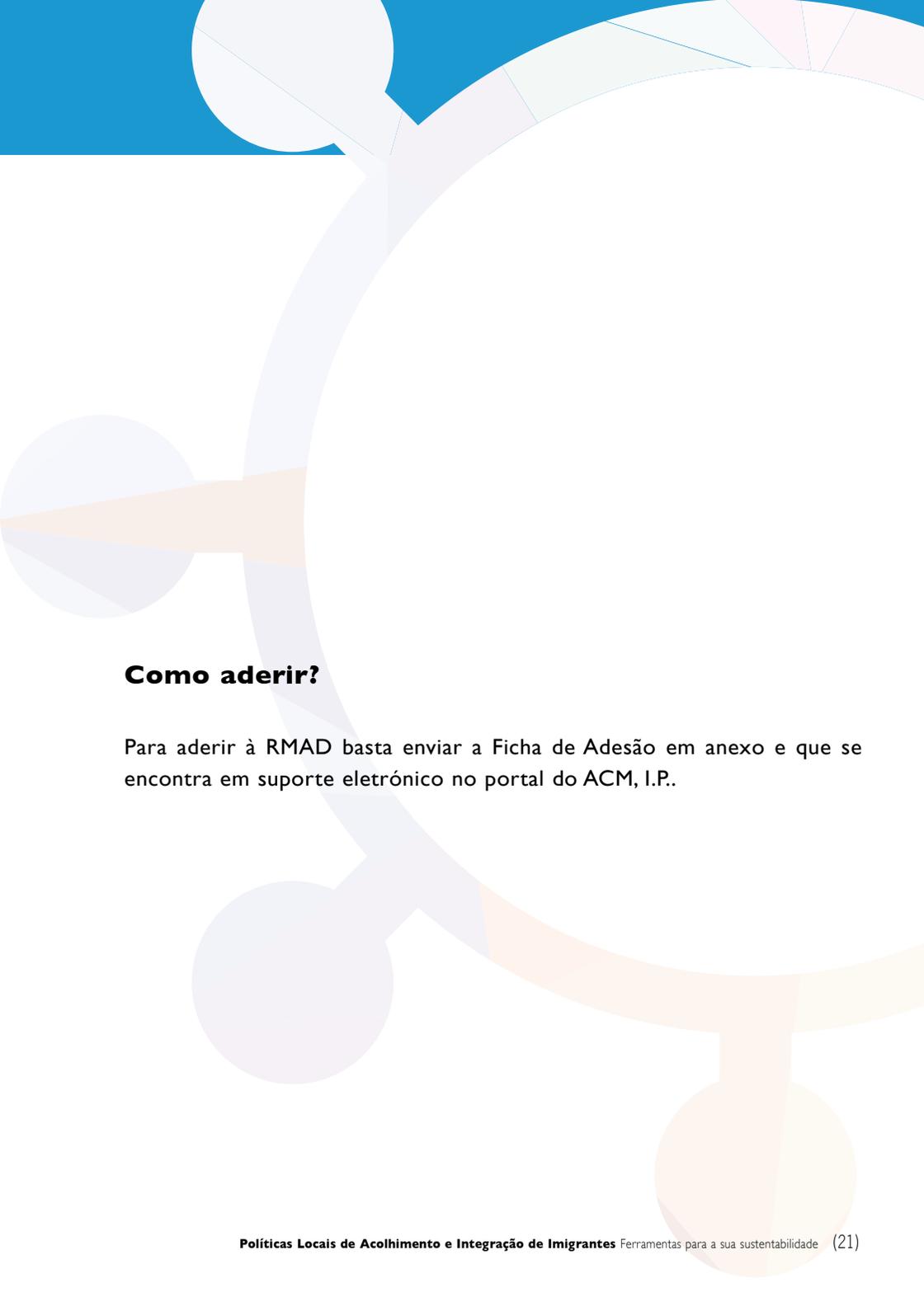
## Composição

Neste sentido, e mais de uma década volvida sobre a definição e execução de políticas públicas de integração e acolhimento dos imigrantes em Portugal, numa lógica de integração de proximidade, e conscientes das oportunidades geradas pela diversidade cultural existente no nosso país, enquanto fator de apoio ao desenvolvimento local, em 2014, foi lançado convite a todos os municípios do país, para adesão à RMAD que atualmente conta com cerca de uma centena, de norte a sul do país e regiões autónomas, integrando grandes e pequenos municípios, do litoral, como do interior do país, sendo ela própria, pelas suas características, exemplo de heterogeneidade e de diversidade.



## Objetivos

- **Promover o aprofundamento do conhecimento e da compreensão das políticas locais** de acolhimento e integração de imigrantes nos diferentes territórios, numa perspetiva de caracterização e monitorização das intervenções municipais;
- **Apoiar o desenvolvimento de métodos, instrumentos e indicadores comuns** que sirvam de base aos processos de monitorização de resultados obtidos e políticas implementadas numa dupla perspetiva de adequar soluções a necessidades e de apoiar o papel do ACM, I.P. na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de imigração;
- **Facilitar e promover a conceção, implementação e avaliação de Planos Municipais** nas áreas do acolhimento e integração de imigrantes e da valorização da diversidade;
- **Fomentar uma comunidade de prática**, no que concerne a aprendizagem sinérgica e de disseminação de práticas inspiradoras e inovadoras capazes de potenciar, aprofundar e/ou dar origem a políticas locais nesta matéria;
- **Sensibilizar os diferentes atores sociais** para as questões do acolhimento e integração de imigrantes e da valorização da diversidade.



## **Como aderir?**

Para aderir à RMAD basta enviar a Ficha de Adesão em anexo e que se encontra em suporte eletrónico no portal do ACM, I.P..



## Carta de Adesão

### **Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD)**

A Câmara Municipal de \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ (morada da sede  
social da entidade), \_\_\_\_\_ (código postal e loca-  
lidade), representada por \_\_\_\_\_ (nome do representante  
com poderes para obrigar a entidade), na qualidade de \_\_\_\_\_  
(cargo/função), titular do BI/CC (riscar o que não interessa) n.º \_\_\_\_\_,  
emitido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data, se aplicável), pelo \_\_\_\_\_ (local de emissão,  
se aplicável), com validade até \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, vem por este meio declarar a adesão do  
município à Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, dinamizada pelo Alto  
Comissariado para as Migrações, I.P.

Fundada nas recomendações resultantes da **Agenda Comum para a Integração de NPT**  
(COM(2011) 455 final), no que respeita à: (i) Valorização das políticas de integração a nível  
local; (ii) Melhoria da cooperação entre os diferentes níveis de governância: nacional, regional

e local e (iii) Promoção da monitorização dos serviços e políticas desenvolvidas aos diferentes níveis, a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD) constitui-se como uma rede pioneira na conceção, implementação e avaliação de políticas locais estruturantes e sustentáveis, fomentando a construção de planos municipais transversais ao processo de acolhimento e integração dos imigrantes ao nível local, assentes no diagnóstico real das suas necessidades.

A RMAD facilita a todos os seus membros uma ferramenta de apoio à caracterização e monitorização das políticas locais de acolhimento e integração dos imigrantes, designada de Índice dos **Municípios Amigos da Diversidade (IMAD)**, permitindo um retrato da realidade local que permita aferir, com acuidade, o universo de políticas locais relevantes nesta matéria, a efetividade dessas políticas em termos de resposta às necessidades e a identificação de práticas inspiradoras com potencial para serem replicadas noutros territórios.

Neste sentido, o Município de \_\_\_\_\_ disponibiliza-se para: (i) aplicar o IMAD no seu território, devolvendo-o ao ACM; (ii) colaborar na cedência de toda a informação adicional que se revele necessária à boa aplicação da ferramenta, nomeadamente junto do ACM; (iii) facilitar a articulação efetiva com todos os RH que dentro da instituição sejam relevantes para o processo; (iv) facilitar a articulação com os interlocutores chave de outras organizações do concelho, com competências em áreas específicas que cruzem com as temáticas do Índice, sempre que necessário.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura sobre o selo branco)

Notas:

**É na proximidade que se faz a integração  
da qual todos/as somos protagonistas!**

**Imigrantes, Sociedade de acolhimento,  
Instituições públicas e privadas, locais,  
regionais e nacionais e seus  
representantes.**

A dimensão local das políticas públicas de acolhimento e integração de imigrantes e de valorização da diversidade tem um carácter estruturante no quotidiano de todos os cidadãos/ãs. É nas cidades, nas freguesias e nos bairros que se materializam os processos de acolhimento e integração em termos de acesso a direitos e deveres, num quadro de equidade e participação democrática para todas as pessoas. É nas relações de vizinhança que a interação tem lugar de forma mais, ou menos, efetiva e são elas que conferem significado aos lugares e às pessoas que neles habitam.

## **CONTACTOS**

**ACM**

**Alto Comissariado para as Migrações, I.P.**

Rua Álvaro Coutinho, n.º14

1150 - 025 Lisboa

T. 218 106 100

**[politicasmigracoes@acm.gov.pt](mailto:politicasmigracoes@acm.gov.pt)**

**[www.acm.gov.pt](http://www.acm.gov.pt)**